



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 128/XIV/ 2.ª SL**

Aos 23 dias do mês de junho de 2021, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

09H30

1. **Aprovação das atas n.º 126 e 127;**
2. **Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 89/XIV/2.ª (GOV) – “Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2019/1153, relativa à utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais”;**  
**Autor: Fernando Anastácio (PS)**
3. **Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 98/XIV/2.ª (GOV) – “Transpõe a Diretiva (UE) 2019/713, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário”;**  
**Autor: Carlos Silva (PSD)**
4. **Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da Petição n.º 249/XIV/2.ª – “Alargamento da possibilidade de consignação do IRS às pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse desportivo”;**
5. **Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada para o cargo de Administrador do Banco de Portugal.**  
**Cabe ao GP PS**
6. **Deliberação sobre emissão de parecer do Projeto de Lei n.º 882/XIV/2.ª (Ninsc CR) - “Harmoniza a taxa de IVA aplicável aos serviços médico-veterinários”;**  
**Cabe ao GP BE**  
**Comissão competente: 7.ª CAM**
7. **Outros assuntos.**



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 128/XIV/ 2.ª SL**

**11H00**

**Audições no âmbito da apreciação na especialidade, do ao Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª (PS) – “Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o “direito ao esquecimento”” das seguintes entidades: (por videoconferência)**

**11H00 – ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, representada por:**

- Margarida Cruz (Diretora Geral)
- Susana Bicho
- Tiago Pinto da Costa

**12H00 – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros**

- Gonçalo Castilho dos Santos (Diretor do Departamento de Serviços Jurídicos do Banco de Portugal)
- Eduardo Pereira (Diretor do Departamento de Supervisão Comportamental da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)
- Ana Rita Máximo (Coordenadora da área de relações institucionais do Departamento de Política Regulatória da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

---

**09H30**

**1. Aprovação das atas n.º 126 e 127;**

Colocadas conjuntamente à discussão pelo Senhor Presidente, não se verificou qualquer pedido de palavra, pelo que se procedeu imediatamente à votação, tendo as atas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do BE, CDS-PP, PAN, e DURP CH.

**2. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 89/XIV/2.ª (GOV) – “Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2019/1153, relativa à utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais”;**  
**Autor: Fernando Anastácio (PS)**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 128/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) apresentou o parecer de que foi autor. Não havendo quaisquer pedidos de palavra, o parecer foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, CDS-PP, PAN, e DURP CH.

- 3. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 98/XIV/2.ª (GOV) – “Transpõe a Diretiva (UE) 2019/713, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário”; Autor: Carlos Silva (PSD)**

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) apresentou o parecer de que foi autor.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) solicitou a palavra para cumprimentar o Relator. Não havendo mais pedidos de palavra, o parecer foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE, CDS-PP, PAN, e DURP CH.

- 4. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de relator da Petição n.º 249/XIV/2.ª – “Alargamento da possibilidade de consignação do IRS às pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse desportivo”;**

O Senhor Presidente submeteu à consideração dos Senhores Deputados a nomeação de um Relator para a petição, informando que, sendo esta facultativa, caso não ocorresse, o processo ficaria concluído com a aprovação da nota de admissibilidade. Foi deliberado pela Comissão, na ausência do BE, CDS-PP, PAN, e DURP CH, não nomear relator. Foi ainda deliberado enviar a nota de admissibilidade ao Governo e aos Grupos Parlamentares, para que adotassem querendo, as ações tidas por convenientes, como proposto na nota de admissibilidade.

- 5. Designação de relator de parecer sobre a personalidade indigitada para o cargo de Administrador do Banco de Portugal. Cabe ao GP PS**

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) indicou o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) para relator.

O Senhor Presidente, informou que a personalidade indigitada não seria ouvida na corrente semana nem na semana seguinte e que iria diligenciar para que a audição pudesse ser agendada para a semana de 5 a 9 de julho.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 128/XIV/ 2.ª SL

- 6. Deliberação sobre emissão de parecer do Projeto de Lei n.º 882/XIV/2.ª (Ninsc CR) - "Harmoniza a taxa de IVA aplicável aos serviços médico-veterinários";  
Cabe ao GP BE  
Comissão competente: 7.ª CAM**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou a palavra para dizer que, por uma questão de princípio, a COF deveria emitir parecer, pois esta é a Comissão competente em razão da matéria. Salientou que, já anteriormente, uma iniciativa similar tinha sido distribuída à 7.ª Comissão. Solicitou que o Senhor Presidente fizesse chegar ao Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, a preocupação com os critérios de distribuição das iniciativas, pois, em matéria fiscal, a Comissão competente é a COF.

Com a anuência de todos os deputados, o Senhor Presidente manifestou que iria dar nota desta preocupação.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua que, entretanto, se juntou à reunião, concordou em ser nomeada como relatora desta iniciativa.

#### **7. Outros assuntos.**

O senhor Presidente informou acerca dos agendamentos, dizendo que na terça-feira seguinte (29/06/21) seria ouvida a CMVM (14h) e o IGCP (16h30), no âmbito do plano de atividades. Na quarta-feira (30/06/21) seria ouvido o senhor Governador do Banco de Portugal (10h) com o mesmo âmbito.

Na semana subsequente, para além de procurar agendar a personalidade indigitada para o Banco de Portugal, teria lugar a audição regimental do Senhor Ministro de Estado e Finanças, no dia 07/07/21.

No dia 14/07/21 de manhã, não seria possível ouvir o Tribunal de Contas Europeu, como inicialmente previsto, ficando esta reunião disponível para especialidades. Da parte da tarde, seria ouvida a Autoridade da Concorrência, às 14h30, sendo a audição presencial, por solicitação da entidade, devidamente autorizada pelo Presidente da Assembleia da República.

No dia 19/07/21 haveria audição, à tarde, no âmbito do Plano de atividades, da ASF.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 128/XIV/ 2.ª SL

#### 11H00

**Audições no âmbito da apreciação na especialidade, do ao Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª (PS) – “Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o “direito ao esquecimento”” das seguintes entidades: (por videoconferência)**

**11H00 – ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, representada por:**

- Margarida Cruz (Diretora Geral)
- Susana Bicho
- Tiago Pinto da Costa

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas aos representantes da ACREDITAR, posto o que enquadrou a audição no âmbito da apreciação na especialidade, do ao Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª (PS).

Na única ronda de intervenções realizada, usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Matos (PS), Duarte Pacheco (PSD), Duarte Alves (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo a Senhora Dra. Margarida Cruz, respondido ao conjunto das questões colocadas.

O Senhor Presidente da COF agradeceu os esclarecimentos prestados, após o que deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação áudio pode ser consultada na página internet da audição.

**12H00 – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros**

- Gonçalo Castilho dos Santos (Diretor do Departamento de Serviços Jurídicos do Banco de Portugal)
- Eduardo Pereira (Diretor do Departamento de Supervisão Comportamental da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)
- Ana Rita Máximo (Coordenadora da área de relações institucionais do Departamento de Política Regulatória da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 128/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas aos representantes do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, posto o que enquadrou a audição no âmbito da apreciação na especialidade, do ao Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª (PS).

Na primeira ronda de intervenções realizada, usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Matos (PS), Mariana Mortágua (BE), Duarte Alves (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo os representantes do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, respondido ao conjunto das questões colocadas.

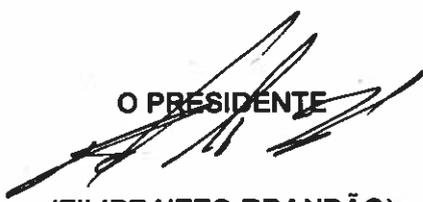
Na segunda ronda, usou da palavra o Senhor Deputado Miguel Matos (PS) que solicitou um esclarecimento que foi respondido pela Sra. Dra. Ana Rita Máximo.

O Senhor Presidente da COF agradeceu os esclarecimentos prestados, após o que deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação [áudio](#) pode ser consultada na página internet da audição.

A reunião foi encerrada às 12:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 junho 2021.

  
O PRESIDENTE

(FILIPE NETO BRANDÃO)



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 128/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)  
Fernando Anastácio (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hortense Martins (PS)  
João Gouveia (PS)  
João Paulo Correia (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Vera Braz (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Alberto Fonseca (PSD)  
Carlos Silva (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Margarida Balseiro Lopes (PSD)  
Mariana Mortágua (BE)  
Duarte Alves (PCP)  
Cecília Meireles (CDS-PP)  
Nelson Silva (PAN)  
João Cotrim De Figueiredo (IL)  
JAMILA MADEIRA (PS)  
João Paulo Pedrosa (PS)  
Ana Miguel Dos Santos (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Ricardo Vicente (BE)  
André Ventura (CH)

